

Sucessão faz sumir bancada do Governo

RITAMARIA PEREIRA

Sem ter conseguido vencer as resistências de parte dos moderados do PMDB, que insistem em apontar sua pouca identidade com o grupo para ocupar o cargo, o deputado Luis Roberto Ponte completa na próxima semana dois meses como líder do Governo na Câmara. Até agora ele não se entusiasmou com a idéia de formar o bloco de sustentação do Governo no Congresso, sonho alimentado pelo Palácio do Planalto desde que, em fevereiro de 1987, ressuscitou a figura de líder da maioria, esquecida no Regimento da Câmara. O resultado prático desse quadro é que o Governo tem perdido muitas votações no plenário, já que os votos do PFL — sempre mais fiel — são insuficientes para garantir resultados favoráveis às propostas de interesse do Executivo.

O clima de campanha sucessória, é verdade, ajuda contra nessa hora, enquanto o novo líder trabalha com um fato adverso: os moderados do PMDB sempre contam em dobro os integrantes do grupo que, nas suas melhores fases, nunca conseguiu reunir formalmente mais de 50 parlamentares. Enquanto isso, essa ala do PMDB sofre hostilidades da banda progressista do partido embora se disponha a resistir até depois da escolha do novo Presidente da República quando, então, tratará de examinar novos rumos partidários. De qualquer modo, somando moderados e pefelistas o resultado é pouco animador: o Governo continua em minoria e sem meios de reuni-la daqui pra frente.

GENTILEZAS

Isso, contudo, não impede a troca de amabilidades com o Governo. Ainda na quarta-feira passada, informados de que o Presidente José Sarney sente-se abandonado pelo que considera sua base de apoio dentro do PMDB, o grupo moderado decidiu lhe fazer, nos próximos dias, uma visita de cortesia. Nada além de demonstrar amizade, já que alguns deles insistem em assegurar que nunca ofereceram solidariedade incondicional ao Governo, o que é agora impossível por causa da fase sucessória. E outros continuam reclamando do que sempre foi o ponto de discórdia nesse relacionamento: a falta de um caminho de mão dupla, onde recebessem tratamento diferenciado pelos votos a favor que garantem no plenário.

A formação de um bloco de sustentação ao Governo na Câmara sempre gerou atritos mais ou menos graves entre o Palácio do Planalto e o PMDB. O PFL tem menos problemas, porque a exceção do grupo ligado aos senadores Carlos Chiarelli, Marco Maciel, Jorge Bornhausen e João Agripino, os demais seguem a orientação da liderança, acatando o comando para as votações contra ou a favor, bem como as ordens para debandada do plenário. Nos demais partidos, como PTB, PDC e PL, as adesões são quase pessoais, negociadas individualmente. Mesmo somando-se todos esses políticos, a situação ainda é de minoria para a ala governista.

O líder Luis Roberto Ponte se nega a informar com quantos votos contaria para o Governo dentro do Congresso: “minha função não é a de contar nem cabalar votos”. Pelo contrário, procura insistir na tese de que está empenhado apenas em oferecer explicações, investir na compreensão dos políticos para as dificuldades atuais da administração federal. Mas, ele mesmo completa: “se o cara não acredita, deve votar contra”.

Entretanto, na reunião de quarta-feira dos moderados, a primeira realizada longe das dependências da liderança do Governo na Câmara, Luis Roberto Ponte não só compareceu como esqueceu que sua função está longe da pequenez de cabalar votos. — Ele mendigou votos para o Governo, querendo uma aproximação maior com a gente, de modo a mudar o quadro desfavorável que vem enfrentando no plenário — contou um dos participantes.

RESISTÊNCIAS

Na verdade, o líder do Governo repete na prática o mesmo discurso de seu antecessor, ao assinalar que o Governo precisa de apoio político, de sustentação parlamentar, para completar

com tranquilidade o processo de transição democrática. Aliás, o ministro Carlos Sant'Anna procura defender Ponte, lembrando que seus quase dois anos no cargo foram difíceis, com resistências identificadas em vários segmentos da própria ala moderada, sem contar a hostilidade do restante do PMDB.

Embora Ponte seja visto por uma parte dos moderados como “estranho no ninho”, a desarticulação do grupo é motivada, na verdade, pela questão sucessória. Ele esteve ligado ao Centro Democrático, depois foi dos mais atuantes membros do Centrão, a ponto de ter sido negociador desse grupo com os demais partidos na fase mais difícil da Constituinte, e, por último, figurou na chapa Unidade, que disputou a convenção, levando 37,4% das vagas do Diretório Nacional.

Seu problema com os moderados diz respeito à sucessão presidencial. Parte do grupo, que já chegou até o percentual de 60%, queria “collorir”, enquanto ele defendeu e sempre esteve ligado à candidatura Ulysses Guimarães, embora rejeitando a hostilidade do vice da chapa, Waldir Pires. Depois, porque as próprias campanhas nos estados levam os parlamentares a assumir posições vanguardistas, votando contra para atender o eleitorado, que rejeita o Governo.

RECLAMAÇÕES

E verdade, porém, que alguns moderados reclamam do distanciamento do líder do Governo. Contou um deles que há dias Ponte estava no plenário conversando quando lhe pediu, por três vezes, orientação para votar. Não ganhou ao menos um segundo de atenção. E, por isso, foi buscar informação na bancada do PFL, com o vice-líder José Lins.

Outra reclamação diz respeito à mobilização. Os moderados reclamam que desde o início do ano esse problema foi deixado de lado. Primeiro era a falta de um líder do Governo, lacuna aberta com a ida de Carlos Sant'Anna para o Ministério da Educação; depois, veio a disputa entre eles pelo cargo, resolvida com a surpresa pela indicação de Luiz Roberto Ponte, quando as preferências recaíam em Nyder Barbosa, Délio Bráz e, talvez, até Jorge Leite. Em seguida, o acirramento das divergências dentro do PMDB; por último, a escolha do candidato do partido.

Tantos problemas juntos acabaram funcionando contra o objetivo de juntar um grupo de parlamentares que pelo menos oferecesse “apoio crítico” ao Governo. A questão da mobilização também não é nova. Uma simples consulta aos nomes que estiveram nessa banda peemedebista confirmará que eles eram os mais ausentes e só se dispunham a comparecer às votações depois de receberem telegramas, telefonemas e, não raras vezes, até apelos pessoais dos colegas. Felipe Cheidde e Mário Bouchardet, deputados recém-cassados, eram moderados.

Nesse particular, o líder Luis Roberto Ponte joga com uma vantagem: a campanha moralizadora do Legislativo desencana deada pela imprensa vem aumentando a frequência no plenário, como na semana passada, quando as faltas não passaram de 15%. O problema é que nesse percentual expressiva maioria é de gente que poderia atenuar a rejeição das teses governistas durante a votação, porque são políticos afinados com o Palácio do Planalto. Eles, porém, aproveitam o tempo cuidando das ba-

ses e acertando participações nas campanhas sucessórias.

O pseudo-afastamento de Ponte dos moderados não altera a prioridade que o grupo dá a um único ponto que ainda o mantém unido: a necessidade de dar condições de governabilidade ao País para assegurar a transição. O nó, então, fica com a falta de número de votos suficiente para aprovar as propostas nesse snetido. Gente desse grupo tem se aliado aos opositoristas para derrubar vetos e medidas provisórias. Como diz o líder do Governo, “veio do Planalto o pessoal está contra, não quer nem saber de examinar a fundo cada questão”.

FOGO NA CALDEIRA

Também o senador Nabor Júnior reconhece que o clima predominante é o de votar contra, não importa o conteúdo da proposta: “o negócio é ajudar a colocar fogo na caldeira para tirar proveito político”. Mas, logo depois, ele próprio repete o que sempre foi a grande desavença do grupo moderado com o Governo. Esses políticos gostariam de obter um tratamento privilegiado do Executivo e não passam da fase reivindicatória. Quando muito, obtêm promessas não concretizadas. Os integrantes da bancada do Acre, por exemplo, estão aborrecidos porque o Presidente da República prometeu concluir até o final de seu mandato o trecho de 500 quilômetros da estrada Porto Velho-Rio Branco. E agora diz que não tem verbas.

O nível de entrosamento do Governo com sua bancada preferencial sempre foi um problema. Quando se falou pela primeira vez na idéia de formar um bloco de sustentação parlamentar na Câmara, surgiram denúncias de que o então líder Carlos Sant'Anna estava distribuindo milhares de cargos na administração direta e indireta e, ainda, promessas de concessões de canais de rádio e televisão. Acusações dessa natureza são comuns, na mesma proporção das dificuldades encontradas pela liderança para reunir, mobilizar e manter em plenário o que se poderia chamar de “parlamentares confiáveis”.

QUADRO ADVERSO

O quadro atual tem sido adverso, pelo agravamento da crise econômica e o insucesso dos planos e choques. No Senado, a presença de ex-governadores atenua um pouco o quadro francamente opositorista. Embora contrários ao governo, alguns deles passam por cima das divergências e cooperam um pouco para evitar o caos administrativo. Ninguém duvida, porém, de que o esquema de sustentação parlamentar do Presidente está visivelmente abalado, porque não detém mais de 30 senadores. Segundo Nabor Júnior, o presidente da República divide com seus aliados um erro comum: o distanciamento. Depois, nunca conseguiu transmitir aos tecnocratas jogo de cintura capaz de impedir descontentamentos tolos, como o de um deputado ou senador enfrentar dificuldades até para marcar audiência com membros do segundo escalão governamental.

Na Câmara, o quadro se ameniza pela presença da bancada do PFL. Mas, somando todos os apoios, o grupo de sustentação não passará de cerca de 160 parlamentares, número insuficiente para garantir sucesso nas votações mais importantes. Os moderados por sua vez, asseguram que ainda reúnem entre 70 e 80 no grupo, mas o último encontro teve 43 participantes. E assim mesmo porque foi na casa do deputado Délio Bráz, sem caráter formal e com a garantia de que haveria uísque farto e boa comida.

Parte desse grupo, como os representantes do Norte do País, continua repetindo a máxima franciscana do “é dando que se recebe”, para reclamar do Governo o tratamento diferenciado. Outros, investem nas desavenças internas, procurando justificativas para as posições que adotam com relação à sucessão presidencial. O único dado que funciona a favor da unidade, no momento, é a decisão do presidente José Sarney, que pretende funcionar como magistrado no pleito de 15 de novembro, sem adotar nenhum candidato. Mas a crise econômica, o descontentamento do povo e a pressão das bases sobre os deputados vêm mostrando maior poder de fogo dentro do plenário, onde ele tende a minguar a base de apoio conquistada nos dois últimos anos.

ARQUIVO



Délio: tentando reunir